

Turismo no assentamento rural Andalucia (MS): uma experiência autônoma e comunitária¹.

Álvaro Banducci Júnior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Este trabalho resulta de pesquisa sobre a iniciativa recente de implantação da atividade turística no assentamento rural Andalúcia, no município de Nioaque – MS. Seu objetivo é investigar a maneira como a pessoas envolvidas com a atividade concebem o turismo e, a partir daí, como organizam a sua prática no contexto do assentamento. Diante dos esforços da comunidade para manter-se na terra, mesmo enfrentando as adversidades cotidianas, tais como a baixa produtividade do solo, a carência de infraestrutura e o abandono por parte do Estado, a pesquisa analisa como, por iniciativa de um grupo de assentados ligados ao Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (CEPPEC), o turismo surge como uma alternativa atraente de incremento de renda e de conservação ambiental. Unidos em torno de práticas não diretamente relacionadas ao cultivo da terra, como a tecelagem e a produção artesanal, esse grupo de trabalhadores se propõe desenvolver uma experiência diferenciada de turismo que, ademais de ser auto-gerida, tem uma conotação social bastante ampla e sofisticada. Voltada para outros grupos de assentados, de trabalhadores rurais, estudantes e pesquisadores interessados em conhecer e vivenciar o cotidiano de um assentamento, a modalidade de turismo proposta tem se desenvolvido de forma lenta e gradual e, na medida em que se expande, passa a se defrontar com outras iniciativas e concepções de turismo dentro do próprio assentamento que, por sua vez tendem a reclamar um diálogo mais abrangente sobre a atividade no Andalúcia.

Palavras-chave: Assentamento rural, turismo, intercâmbio cultural.

Introdução

Com o objetivo de integrar famílias de agricultores do Programa de Reforma Agrária ao mercado capitalista moderno e de acordo com parâmetros rígidos de racionalidade técnica, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra tem incentivado, de forma crescente, a implantação da atividade turística em assentamentos rurais do país. No Piauí, o Incra apresentou projeto de turismo rural para dois assentamentos em que há evidências arqueológicas, inclusive com pinturas rupestres, e edifícios históricos (ECOVIAJEM, 2005). Da mesma forma, realiza levantamento do potencial turístico em assentamentos de diversos estados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO), sendo que suas ações incluem avaliação dos atrativos, da infra-estrutura, sugestão de produtos a serem comercializados e a capacitação continuada de pessoal.

Em algumas dessas localidades, as experiências com o turismo começam a se expandir, porém, trata-se de fenômeno bastante recente. Em virtude disso, os próprios estudos sobre o tema estão centrados mais na avaliação do potencial das áreas e nos benefícios e prejuízos que porventura possam trazer para as famílias envolvidas (V. COSTA MELLO, 2005; CANTALICE, 2006; PEDROSO DA SILVA, 2006 e COIMBRA &

¹. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho. Porto Seguro, Bahia, Brasil.

ARAÚJO, 2007). Poucos são os trabalhos que analisam experiências concretas de turismo em assentamentos, como é o caso do estudo de Nodari et al. (2005) em que são examinados três empreendimentos, implantados segundo orientação do MST, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

Com o intuito de contribuir para o aprofundamento desse debate, este trabalho se volta para a análise de uma experiência turística diferenciada, que acontece no assentamento rural Andalúcia, município de Nioaque, Mato Grosso do Sul². Nascida por iniciativa de um grupo de trabalhadores envolvidos com ações sociais e ambientais de relativo sucesso no assentamento, o turismo aparece como a possibilidade de ampliar, segundo preceitos próprios, os projetos comunitários e conservacionistas. Diante disso, o objetivo do trabalho é analisar a maneira como se fundamenta e se constrói essa experiência de turismo no Andalúcia, num contexto em que se articulam distintas concepções acerca da atividade e do modo como poderia se implantar no assentamento.

1. Assentamento Andalúcia

No Mato Grosso do Sul existem 140 assentamentos rurais, que abrigam 25.131 famílias, numa média de 23 hectares por família (TREDEZINI, 2007). O Assentamento Andalúcia, implantado no ano de 1996 no município de Nioaque – MS, ocupa uma área de 4.815 ha., pertencente à antiga fazenda Andalucia, desapropriada para fins de reforma agrária. Os lotes, de posse individual, variam de aproximadamente 14 a 170 hectares e abrigam um total de 164 famílias, tendo sido sorteados no ano de 1997. Os terrenos têm seu tamanho definido com base na fertilidade do solo e na quantidade de água disponível. Assim, quanto mais próximos do rio Taquarussu, que demarca um dos limites do assentamento, de melhor qualidade são as terras, maior a abundância de água e menores são os lotes.

O assentamento Andalúcia é composto por pessoas vindas, em sua maioria de municípios do Mato Grosso do Sul, como Rio Brilhante, Dourados, Fátima do Sul, Aquidauana, entre outros, e de outras regiões do país, como o Sul e o Nordeste. Mesmo tendo, alguns dos assentados, residido por um período da vida na cidade, sua origem é

². A pesquisa que dá origem a este artigo está sendo desenvolvida, desde o ano de 2005, por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e conta com a participação dos bolsistas PIBIC/CNPq Maria Angela da Silva, Rosely Zelli e Virgílio T. de Oliveira.

predominantemente rural. Antes de se tornarem acampados alguns trabalharam como arrendatários, outros com o corte de cana ou como assalariados nas cidades.

A produção no Andalúcia não difere dos demais assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul, nos quais se cultivam melancia, mandioca, soja, milho, algodão, arroz e feijão. A criação de gado leiteiro é a atividade que mais se destaca, tendo gerado, em 2004, uma produção aproximada de 45 milhões de litros de leite (TREDEZINI, 2007: 44). No Andalúcia, de acordo com Silva (2007), a principal fonte de renda dos parceiros provém, da mesma forma, do gado leiteiro, sendo que produzem em média de 1.600 litros/ano. Em seguida vêm as lavouras de feijão e de algodão, cuja produção, modesta, em grande parte é comercializada com o próprio governo, sendo pequena a renda auferida pelas famílias³. Há também assentados que recebem recursos provenientes de serviço público, tais como professores, merendeiras, entre outras, e de aposentadorias e pensões que, apesar de pouco expressivos, auxiliam no complemento à renda agrícola.

Ademais dos produtos para o mercado, os assentados costumam cultivar em seus lotes mandioca, milho, hortaliças e pomares, além de manter pequenas criações de porcos e galinhas, destinados ao consumo da família e ao pequeno comércio no próprio assentamento. De qualquer modo, como a renda da produção leiteira é praticamente garantida, apesar de escassa, muitos assentados, mesmo que acostumados à lida com a lavoura, têm investido seus esforços na pecuária, em detrimento de sua tradição agrícola.

“A renda é o leite, né? Que aqui a maioria do pessoal na renda mesmo eles deixaram de plantar, tão deixando... Não que deixaram, tão deixando a roça, no caso, o plantio, né? Tão mais é no pasto, tão mais investindo assim... Então em casa também não é diferente, só que não é uma renda grande,... é o básico, né? [...] Mas a renda é mais assim, nós não plantamos mais... Alguns anos atrás a gente plantava bastante ...assim, toda safra a gente plantava né? E esse ano já não. Desde o ano passado...só o básico, mandioca...aquela coisa assim, é pouca, né? Prá, assim, prá subsistência mesmo. Outros cultivos, horta, só pra nós mesmo ...” (Adriana⁴).

³. De acordo com Oliveira (Apud TREDEZINI, 2007: 43), “o principal, e muitas vezes único, cliente desses produtores [rurais de assentamentos no estado] é a Companhia Nacional de Alimentação – CONAB, porém a aquisição fica, por vezes, prejudicada por falta de recursos para comprar a produção dos agricultores e as quantidades adquiridas pelo governo são muito pequenas”.

⁴. Os nomes são fictícios a fim de resguardar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa.

A dimensão dessas mudanças na vida das pessoas não é desprezível, pois envolve lutas, privações, projetos e expectativas, como demonstrou Menegat (2006) em seu estudo sobre o Assentamento Taquaral, no município de Corumbá – MS. Como diz a autora, “Para os beneficiados com a terra, os assentamentos apresentam-se como espaços de retorno, de cidadania e do lugar de reconstrução da vida” (MENEGAT, 2006: 83). Os assentados antevêm na aquisição de seu lote a possibilidade de restabelecer a antiga relação com a terra, lugar de plantar e viver, e sua identidade de agricultor. Aspiração essa que se vê frustrada no momento em que o acesso aos lotes, cuja qualidade geralmente não condiz com as necessidades do produtor, é viabilizado pelo Incra segundo uma orientação produtivista e sem o apoio técnico necessário para garantir a reprodução do modo de vida camponês. Advém daí a necessidade de adaptação e os dramas e decepções inerentes a esse processo.

Numa situação mais extrema, quando o comércio dos produtos extraídos dos lotes não é suficiente para a manutenção da família, parceiros têm deixado suas terras com frequência crescente para trabalhar como assalariados temporários em usinas de álcool da região. Como apontou um assentado, “As usinas são uma epidemia, o bicho é faminto e a boca é grande” (Jeremias). São aproximadamente 60 trabalhadores do Andalusia, entre homens e mulheres, que se encontram nessa condição.

“[...] Se fosse prá nós ter terra e viver trabalhando de bóia-fria, então nós não necessitaria ter terra, né? [...] As pessoas vendendo, desfazendo o que têm pra poder passar uma vida melhor e encontram uma vida pior lá fora, né? Mais difícil” (Da. Julia).

Outros, ainda, sem conseguir auferir o mínimo para a subsistência do grupo familiar se vêem obrigados a se desfazer das terras⁵.

“... Cada dia que se vai, cada ano que se passa, [...] você tá vendo que companheiro tá indo embora por falta de assistência médica, por falta de acompanhamento nos investimento, né? [...] A falta de renda é a principal coisa. Que assentado não conseguiu deslanchar prá ter o mínimo de renda dentro do assentamento. E aí, você vê os companheiro vendendo, indo embora, dando o lote, abandonando o lote. E tá isso aí, onde o assentamento chega a 50% já de venda” (S. Pedro).

⁵. Nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, o nível de renda auferido pelos produtores tem sido muito baixo. De acordo com Tredezini (2007), “Os dados de campo evidenciam que 59% das famílias vivem com renda inferior a um salário mínimo. 27% de um a dois e meio salários mínimos” (p. 45).

Em vista dessas e outras dificuldades, alguns projetos importantes vêm sendo desenvolvidos no Andalúcia, por iniciativa de organizações não-governamentais ou das próprias associações dos assentados⁶. Esses projetos visam, sobretudo, melhorar a infraestrutura local⁷ e incrementar a renda das famílias, através do desenvolvimento de atividades alternativas, a fim de mantê-las em suas terras. Essas iniciativas são importantes pois as estratégias e as políticas adotadas pelo poder público, visando os mesmos fins, têm alcançado resultados desalentadores. O órgão responsável por prestar assistência técnica e capacitar os trabalhadores é, atualmente, a AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural que, segundo dados do Incra, tem conseguido atender pouco mais de um terço dos assentados (TREDEZINI,2007).

A grande preocupação das famílias, ademais de manter a posse das terras duramente conquistadas, é evitar a saída dos jovens que, sem perspectivas de trabalho, têm se dirigido, com frequência crescente, às cidades, em busca de empregos e de estudo, já que a escola existente no assentamento oferece somente o ensino fundamental. Desse modo, os projetos implantados no Andalúcia, apesar da boa receptividade dos trabalhadores, têm a participação condicionada a uma série de fatores que incluem desde preferências políticas, inclusão em grupos etários, diferenças de sexo, até distintas concepções em torno da posse da terra. Com o turismo não é diferente e, se o projeto conta com a simpatia e o interesse de grande parte dos moradores, a adesão não é imediata e não se dá sem percalços e discordâncias, conforme será discutido adiante.

2. Turismo como alternativa social e econômica

Desde as primeiras ocupações os moradores do Andalúcia anteviram no assentamento a possibilidade de desenvolvimento da atividade turística. Tanto os acontecimentos

⁶. No Andalúcia existem 3 grandes associações, que desenvolvem projetos sociais, de caráter econômico e de assessoria técnica aos parceiros. São elas: a Associação Marçal de Souza, que existe desde a implantação do assentamento; O CEPPEC – Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado e a APA - Associação dos Produtores Assentamento Andalucia.. Além dessas, existem associações de menor alcance, tais como a ASPA – Associação dos Pequenos Produtores do P.A. Andalucia; a AAFAA – Associação Agricultura Familiar do Assentamento Andalucia; e a APM – Associação de Pais e Mestres (SILVA, 2007: 39).

⁷. Um dos graves problemas que atingem os moradores do Andalúcia é a falta de água. Os lotes distantes das nascentes e do rio sofrem com a escassez de água e uma das iniciativas da associação Marçal de Souza foi justamente perfurar poços artesianos para os assentados. Além dessa iniciativa, a associação conseguiu um resfriador de leite, trabalhou para a implantação de rede elétrica e telefonia e incentivou o plantio coletivo de banana.

ligados à história de luta dos assentados⁸, quanto os atrativos naturais, de grande beleza, como o rio Taquarussu, as montanhas, matas, grutas e nascentes existentes na área, chamaram a atenção de alguns trabalhadores, que neles vislumbraram um potencial para o turismo.

De qualquer maneira, a proposta de implantação da atividade turística no Andalúcia nasceu no contexto das ações realizadas pelo Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (CEPPEC), organização não-governamental inaugurada no ano de 2003, com a finalidade de “capacitar, pesquisar e tornar-se um centro de referência para os trabalhadores rurais do Cerrado / Pantanal” (www.riosvivos.org.br), visando a conservação desses biomas.

2.1. CEPPEC: diversificação da produção familiar e projetos alternativos.

As atividades relacionadas ao CEPPEC tiveram início no Andalúcia no ano de 1998, através de um projeto de implantação de viveiros de mudas nativas do cerrado, ligado à Ong Ecoa-Ecologia e Ação, de Campo Grande – MS. A partir do trabalho realizado com os técnicos da Ecoa, as famílias buscaram consolidar suas experiências e se organizaram para fundar a associação.

Tendo como objetivo promover a exploração sustentável do Cerrado e a diversificação da renda de agricultores familiares, o CEPPEC implantou atividades que se tornaram referência na vida de várias famílias de assentados do Andalucia, como a oficina de tecelagem, o curso de extrativismo vegetal, além de outros cursos de capacitação, como o de sistemas de produção agroflorestais – que consiste no plantio consorciado de plantas nativas com pastagem e cultivos –, que têm recebido boa acolhida por parte dos parceiros.

Na oficina de tecelagem foram capacitadas inicialmente 20 mulheres, compreendendo desde a fiação de lã e algodão, tingidos com corantes naturais extraídos do ambiente

⁸. A primeira ocupação da antiga fazenda Andalucia, cujas terras haviam sido disponibilizadas para o programa de reforma agrária, ocorreu no dia 29 de maio de 1993, data festiva em que rememoram, além das dificuldades vividas no acampamento, as 12 tentativas de ocupação, seguidas de despejo. O dia 8 de março de 1995 é considerado pelos assentados a data do grande confronto, que selou definitivamente a ocupação das terras, quando, em visita à imponente sede da fazenda, foram recebidos à bala pelo proprietário. Os acontecimentos ficaram tão marcados na memória do grupo, que a sede costuma ser o primeiro atrativo a ser mostrado aos turistas, oportunidade em que narram suas histórias.

local, até a tecelagem propriamente dita e a aplicação de ornamentos, como sementes, taboca, entre outros extraídos no cerrado. As peças por elas confeccionadas, tais como mantas, caminhos de mesa, tapetes, bolsas, entre outras, tiveram excelente penetração no mercado, com resultados expressivos em termos da economia familiar.

Outro projeto que se consolidou no assentamento foi o do extrativismo, que envolve desde o manejo até o beneficiamento de produtos do cerrado, tais como o pequi, a bocaiúva, o jatobá, entre outros, que depois de colhidos são transformados em farinha e licor, além da coleta de plantas medicinais. Mas, o produto que se destaca nessa atividade é o cumbaru ou baru (*Dipteryx alata* Vogel), uma árvore típica do cerrado cujo fruto, altamente nutritivo, além de servir de alimento para o gado, pode ser utilizado na fabricação de farinha, com a qual se faz bolos, sorvetes, doces e outros produtos. A castanha do baru, quando torrada, é muito apreciada para o consumo.

Esses projetos, além de apresentarem resultados expressivos para a vida dos assentados envolvidos, em termos de elevação de auto-estima, contato com outras realidades, integração com outros assentados, promoveram de fato a diversificação da produção e vêm contribuindo para a manutenção do pequeno produtor no campo. No entanto, o que interessa diretamente a esse estudo é o fato de que foi no contexto desses programas que surgiu, entre os próprios trabalhadores, a idéia de se implantar a atividade turística no assentamento.

Como a produção já encontrava no turismo uma parcela substancial de seu mercado, a presença de visitantes no assentamento poderia, na visão dos trabalhadores, não apenas incrementar sua venda, como colocar outros grupos de assentados no circuito comercial já conquistado por algumas famílias. Vale lembrar que uma das preocupações do CEPPEC é estender suas ações para outros grupos e territórios e envolver o maior número possível de trabalhadores rurais na conservação do cerrado.

2.2. O CEPPEC e o turismo no Andalúcia

As ações ligadas ao turismo tiveram início com um curso de formação de condutores de visitantes⁹, ministrado por uma turismóloga contratada pelo próprio CEPPEC. O curso, que formou 15 condutores, consistiu basicamente do esclarecimento acerca do turismo e

⁹. O curso, de 88 h., tem carga horária insuficiente para formar guias de turismo, daí a denominação dos egressos como “condutores de visitantes”.

na discussão, entre os participantes, da necessidade de se conciliar as atividades por eles desenvolvidas com a visitação de estrangeiros (SILVA, 2007). Da mesma forma, houve ênfase nas atividades relacionadas ao ambiente, tais como reconhecimento de espécies nativas, de trilhas, entre outras. Atualmente existem apenas 8 condutores no assentamento, pois, sendo em sua maioria jovens, grande parte deixou o Andalusia em busca de trabalho e estudo.

O CEPPEC possui uma sede, que dispõe de cozinha e dois alojamentos, sendo um masculino e outro feminino. No mesmo edifício funciona a oficina de tecelagem. Os turistas que ali se hospedam consomem produtos do próprio local, preparados por cozinheiras do assentamento. Dentre os atrativos que são levados a conhecer constam: a sede da antiga fazenda Andalusia, edificada no estilo andaluz; projetos do centro de pesquisa; alguns lotes e atividades neles desenvolvidas; e atrativos naturais, como o rio, nascentes, trilhas na mata, entre outros.

Apesar da simpatia dos assentados em relação à atividade turística e mesmo a consciência de sua importância para a economia do assentamento, o interesse em atuar diretamente com a atividade não é expressivo. Em seu estudo sobre assentamentos de reforma agrária, Marques (2004) havia salientado que há “grande resistência [por parte] dos assentados em adotar práticas e formas de organização da produção que escapem ao controle do saber que dominam e os submetem a um sistema de trabalho que lhes é estranho” (2004: 282). Para além dessa resistência, no entanto, outro aspecto, referente à lógica do trabalho e da terra para o camponês, parece interceder na relação dos assentados com o turismo.

Ainda que não deixe de ser trabalho, como o são a tecelagem e o extrativismo, o turismo, segundo a lógica que orienta a vida camponesa, não abarca o sentido pleno do termo – trabalhar é extrair com o próprio suor os frutos da terra. De acordo com Woortmann (1990), no universo camponês, terra, trabalho e família são categorias interdependentes que compõem uma ordem moral. O trabalho é aquilo que transforma a terra em patrimônio da família. A terra-patrimônio compõe uma relação de honra e hierarquia, encabeçada pela figura do pai, que detém a autoridade sobre a família e o controle sobre o processo produtivo. A tradição camponesa se realiza plenamente com o pai na terra (WOORTMANN, 1990). O pai detém um saber, que é transmitido aos filhos, como será a terra através da herança, e que afirma não só sua autoridade, mas a autonomia da família na terra. Na medida em que não pode efetivar esse saber-trabalho,

seja por não encontrar as condições mínimas necessárias, tais como fertilidade e exigüidade da terra, ou cuja atividade escapa ao controle da tradição, como é o caso do turismo, ele deixa de reproduzir a sua condição de camponês e vê ameaçada a sua autonomia.

O turismo, nesse aspecto, não é espaço de reprodução da moralidade camponesa, entendida como o todo interdependente que compõe as relações e os sentidos desse universo. Ele não é atividade relacionada diretamente com a terra, portanto, não condiz com o trabalho – o papel e os deveres, ou ainda, com a honra, no dizer de Woortmann (1990) – de um chefe de família. Visto desse ângulo, o turismo aparece como uma atividade, ainda que importante, relacionada a pessoas não diretamente responsáveis pela reprodução da vida familiar e da moral camponesa, como é o caso dos jovens, das mulheres e daqueles que não possuem o vigor necessário para trabalhar a terra, sejam os idosos ou as pessoas que padecem de algum mal físico.

Assim, no Andalúcia, mesmo para os associados do CEPPEC, o turismo não aparece como atividade prioritária, mas como uma iniciativa complementar aos projetos desenvolvidos pelo centro de pesquisa. Seria uma espécie de elo final de ligação entre a produção de artesanato e o extrativismo. De qualquer modo, o turismo não é visto simplesmente como mais uma atividade a se incorporar à economia do assentamento. De acordo com um membro do CEPPEC, trata-se de um empreendimento “de todos e para todos”. Como tal, deve ser concebido não como uma “iniciativa empresarial”, voltada para a obtenção de lucro, mas como uma articulação em que os parceiros possam, direta ou indiretamente, contribuir com sua parcela de trabalho e auferir renda a ela equivalente.

Da mesma forma, o turismo é visto como um meio de valorização dos assentados e um mecanismo promissor no esforço de manutenção dos jovens no assentamento. “Queremos valorizar o estilo de vida e o que o assentamento tem a oferecer para uma melhor qualidade de vida. Os jovens estão indo embora do assentamento, considero muito importante que as pessoas fiquem aqui” (Rosália).

2.3. O turismo como intercâmbio social

Os projetos do CEPPEC estão centrados numa evidente perspectiva conservacionista. Como foi dito anteriormente, ele nasce da iniciativa de ambientalistas que, juntamente com os trabalhadores rurais, procuram desenvolver programas voltados para a conservação do cerrado, associando desenvolvimento econômico, com benefícios sociais e equilíbrio ambiental. A mesma lógica, centrada no caráter socialmente multiplicador e ambientalmente correto, se aplica ao turismo. Nos depoimentos colhidos entre os membros do grupo percebe-se não apenas uma ênfase marcadamente social da atividade, mas uma concepção de turismo que difere da lógica de mercado, remetendo à idéia de troca de conhecimento e valorização da cultura. Tal como ressaltou uma entrevistada,

“O turismo promove o intercâmbio, gera conhecimento, o respeito entre as pessoas, valoriza o estilo de vida. O turismo cresceu pela necessidade do homem de se ligar à natureza e de entender as outras pessoas. [...] De maneira geral o turismo promove conhecimento, intercâmbio e valorização, não precisa ser só econômico e sim retratar a realidade toda” (Rosália).

Se esta é a noção de turismo que perpassa o entendimento do grupo, o papel que cabe à atividade desempenhar no Andalúcia está, da mesma forma, claramente definido, compreendendo ações extensivas a todos os assentados e voltadas à valorização dos produtos locais.

“... Primeiramente a gente procura mostrar pra [o turista] que, realmente, a questão social é a característica social do turismo que pretendemos desenvolver. É relacionado à agricultura familiar, relacionado à reforma agrária em si, à luta [das] famílias que estão assentadas precisamente no Andalúcia, onde tá o turismo do CEPPEC. E depois, tá gerando renda, do extrativismo e do turismo a mesma coisa. Porque as famílias que vêm visitar o CEPPEC, vêm visitar o Andalúcia, eles também vai tá levando o nosso produto comercializado, né? Produto do extrativismo, da tecelagem, além [...] de produtos da agricultura familiar, tipo aí o queijo caseiro, o leitinho caipira, o doce feito de conserva caseira. Então são todos os ingredientes que a gente tenta é... colocar dentro da proposta turística do CEPPEC” (Jair).

Para os associados do centro de pesquisa, o turismo que vislumbram e iniciam a praticar é uma atividade diferenciada. Eles a têm denominado turismo de intercâmbio, que compreende uma modalidade turística voltada para grupos bastante particulares,

interessados em inteirar-se da realidade dos assentados e que ao mesmo tempo estejam dispostos a trocar conhecimentos e deixar referências de proveito para os moradores do assentamento ou, ainda, que possam adquirir os produtos comercializados pelos parceiros indistintamente. Trata-se de uma proposta de turismo não convencional, ou seja, de baixo impacto, não predatório, auto-gerido, mas sobretudo que, para além dessas características, já nasce com a preocupação de gerar intercâmbio com os visitantes e promover a integração de todos os assentados.

“Nós temos um público, né? Temos um público..., o público que vem nos visitar tem que ter no mínimo um perfil. Portanto a gente não trata de um turismo comum em si, né? [Nós já recebemos...] seis grupos, que são universitários. A gente trata como visitas de intercâmbio, não precisamente como turista... Porque visitas de intercâmbio? Pra nós, é uma modalidade nova, [...] diferente do turismo convencional, que é alguns deles muito predatório, prá todo tipo de público. Então nós tratamos de visita de intercâmbio, porque aquele público que vem prá nos visitar, vem realmente conhecer... a proposta turística... que o CEPPEC, tá apresentando como um campo turístico: a paisagem, né?, os recursos hídricos que existem, e a própria história em si da criação do CEPPEC, da maneira que foi criado a instituição CEPPEC. E aí ao mesmo tempo isso é relevante porque essas pessoas que vêm nos visitar, elas também é interessante pra nós porque vem trazer conhecimento... Assim como nós passamos o conhecimento que eles necessitam e...eles também tão nos repassando os conhecimentos acadêmicos e assim sucessivamente (Jair).

É importante salientar que, além da proposta ambiental e do projeto de ações sustentáveis a ela associados, os assentados que criaram o centro, estavam organizados, no período do acampamento, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e a prática associativista, que norteou suas ações, parece se refletir na proposta do turismo¹⁰.

Esse mesmo ideal cooperativo tende a se contrapor a outra lógica que fundamenta a relação do camponês com a terra. Como demonstra Pereira (2004) “A aquisição do lote, geralmente em nome do pai da família, [significa], para os assentados, o controle sobre

¹⁰. O estudo de Nodari et al (2005), que apresenta três experiências de turismo em assentamentos de reforma agrária, procura mostrar como se fundamenta a proposta de cooperação agrícola definida pelo MST quando aplicada à atividade turística. De acordo com os autores, as experiências, que ainda carecem de planejamento efetivo e de continuidade, têm conseguido, ademais de implementar ações solidárias entre os assentados e comercializar seus produtos, divulgar, como seu propósito último, os resultados da reforma agrária e desmistificar a visão equivocada e preconceituosa que paira sobre o movimento. Porém, se é crescente o interesse pelas experiências bem sucedidas dos assentamentos, a estrutura para receber os visitantes e para tornar a atividade rentável tem se mostrado extremamente frágil dentro do MST.

os próprios meios de produção e sobre a disponibilidade de seu tempo” (2004: 236). Assim, a terra representa o espaço da reciprocidade e da autonomia, construídas a partir do trabalho da família, e não exatamente o produto da ação cooperada, tal como estimulado pelos programas do MST.

2.4. Turismo como iniciativa individual

Se as iniciativas para desenvolver o turismo no Andalúcia partiram do CEPPEC, a preocupação com a atividade é comum a outros grupos de assentados que, inclusive, já mobilizaram ações visando a preservação da memória de sua luta e do patrimônio conquistado. É o caso da proposta de restauração da sede da antiga fazenda Andalucia, que ademais de sua arquitetura singular, é uma referência marcante na história da ocupação da área, sendo que em seu entorno aconteceu o confronto definitivo com o antigo proprietário das terras ocupadas, de onde advém seu papel crucial num projeto de visitação turística.

Atento ao potencial do turismo como agente promotor da diversificação da produção, um morador, vinculado a outra associação do Andalúcia, quando indagado sobre a atividade no assentamento, esclareceu que sua perspectiva em relação ao turismo é, sobretudo, a da geração de renda.

“... a minha opinião é o seguinte, tem que gerar renda! [...] Então a minha idéia, a minha linha de pensamento é da gente tentar envolver a comunidade aqui pra tentar gerar renda. Por exemplo: a doceira, o queijeiro, o camarada fazer um abrigo na sua casa, uma trilha no morro, levar na mina, entende? Botar sua charretinha pra funcionar, essa é a intenção e todo mundo tira proveito! Com o potencial que a gente tem aqui dentro” (S. Pedro).

Ainda que identifique no turismo um empreendimento de caráter social amplo, sua perspectiva difere da anterior na medida em que, para esse entrevistado, as iniciativas para o desenvolvimento da atividade deveriam ser de caráter particular, tais como, fazer um abrigo em casa para receber turistas, definir uma trilha no morro etc. Como seu lote é servido pelo rio Taquarussu, ele próprio, enfrentando problemas de saúde que dificultam seu trabalho com a terra, tem interesse em construir apartamentos e oferecer serviço de alimentação para visitantes desejosos de conhecer o rio e seus atrativos.

De outro lado, por ocasião das entrevistas com os assentados indiretamente envolvidos com o turismo, foram mencionados alguns dos atrativos e modalidades turísticas que gostariam de ver implantados no assentamento. Atividades como bóia-cross e canoagem, para o rio Taquarussu, e vôo com asa delta, no morro Solteiro, apareceram como produtos apropriados para alavancar o setor. Tais propostas, que se aplicam a um público voltado para o turismo de aventura, contradizem o ideal de intercâmbio e de contato com a realidade dos assentados, tal como concebido pelo CEPPEC.

Essas opiniões acerca do turismo, mais do que contradizer o projeto que se desenvolve no Andalúcia, remetem à proximidade que muitos assentados possuem com o contexto urbano, onde são construídos e massificados os desejos dos viajantes. Nesse sentido, mesmo que ingênua a princípio, pois não há recursos e nem infra-estrutura adequada para implantar essas atividades no assentamento, essa perspectiva mostra uma preocupação ou interesse por parte desses assentados em desenvolver uma atividade consoante às demandas do mercado.

Trata-se, aparentemente, de pequenas variações na concepção do turismo, porém, envolve mais que um desejo particular, de um lado, e um projeto coletivo ou associativo de turismo, de outro. O que se vislumbra nesse contexto são concepções distintas de turismo, que apontam para uma variedade de ações e expectativas em torno da atividade, às quais os assentados com elas envolvidos terão, no futuro, que equacionar.

3. Considerações finais

O turismo é uma atividade incipiente no assentamento Andalúcia, tendo surgido como um complemento aos projetos desenvolvidos pelo CEPPEC, que possuem um forte viés associativista e conservacionista. Apesar de pouco sistematizado, o projeto já conta com alojamento, condutores de turismo e um programa de visitação voltado para um público específico, interessado em conhecer a realidade dos assentados e com eles interagir. Trata-se de uma modalidade diferenciada, a que seus integrantes têm denominado turismo de intercâmbio.

A proposta, ainda que contando com a simpatia dos moradores do Andalúcia, tem pequena adesão dos parceiros. Tal fato se deve, entre outros fatores, ao lugar que o turismo ocupa na lógica do trabalho campon es. Conforme foi demonstrado, a atividade

turística não se estabelece a partir de uma relação direta com a terra e, como tal, contradiz a ética do trabalho camponês e o lugar do “pai de família”. Se esse é um primeiro obstáculo lógico para o avanço da atividade no assentamento, a ele se soma o próprio projeto de base cooperativa, idealizado pelo CEPPEC consoante à proposta de ação do MST, pois vai de encontro à expectativa de acesso e posse da terra legados pela tradição camponesa.

Trata-se de obstáculos, não de impedimentos. A iniciativa do CEPPEC está consoante às necessidades dos assentados de encontrar fontes alternativas de renda para o sustento das famílias e para a sua manutenção no campo, além de ter uma ênfase ambiental bastante consolidada e positiva. A proposta turística encabeçada pelos membros do centro de pesquisa, além de servir como agente multiplicador na economia local, tem o mérito de ser concebida e administrada pelos próprios assentados. Seu alcance, porém, é ainda limitado e tende a se confrontar com outras perspectivas em torno do turismo e a esbarrar em outras iniciativas, dentro do próprio assentamento, com as quais deverá dialogar e equacionar um caminho seguro e produtivo para o turismo e seus integrantes.

Bibliografia:

CANTALICE, Luciana Ramos et al. Turismo e desenvolvimento sustentável nos assentamentos da reforma agrária do Cariri paraibano. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Out. 2006. (Mimeo.)

CENTRO DE PRODUÇÃO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO DO CERRADO – CEPPEC. In: WWW.CEPPEC.ORG.BR. (Acessado em 23/03/2008).

COIMBRA, Teresinha de Jesus & ARAÚJO, José Luis Lopes. As transformações espaciais e culturais e o turismo no assentamento Saco do Juazeiro. VII Reunião de Antropologia Mercosul, Porto Alegre, UFRGS, 23 a 26 de julho 2007.

COSTA MELLO, Paulo E. *Agricultura familiar e turismo rural: o assentamento Cana Brava (Unai / MG)*. Universidade Federal de Uberlândia, 2005 (Dissertação, Mestrado em Geografia).

ECOWIAGEM. *Incra apresenta projeto de turismo rural para assentamentos com pintura rupestre*, abril 2005. In: <http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/noticias/turismo/turismo-rural/incra-apresenta-projeto-de-turismo-rural-para-assentamento-com-pintura-rupestre-5428.asp> (acessado em 22/03/2008).

LIMA FILHO, Dario de O. et al. *O turismo rural e o pequeno agricultor*. Revista Arandu, Ano 9, n. 35, fev/mar/abr 2006.

MARQUES, Marta I. M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, E. F. (org). *Significados da terra*. Brasília : Ed. UNB, 2004.

MENEGAT, Alzira S. *Trajetórias de famílias assentadas: múltiplas marcas ao percorrerem diferentes espaços*. Revista FACES da Academia, Campo Grande – MS, v.1., n1. 2006. p. 79-94.

_____. *Agrovilas rurais: a negociação do espaço e a gestão da recusa*. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA, Presidente Prudente – SP, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Incra/BA apresenta estudo sobre turismo em assentamentos. In: www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15378. (acessado em 22/03/2008).

NODARI, Diogo E.; MUÑOZ, Estevan F. P. et al. *Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária*. EXTENSIO - Revista Eletrônica de Extensão, n. 3, 2005.

PEDROSO DA SILVA, Antenor R. *Pluriatividade e turismo rural: o caso do assentamento Vale do Cedro*. Natal – RN, I Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, 2006.

PEREIRA, José R. *Terras e reforma agrária*. In: WOORTMANN, E. F. (org). *Significados da terra*. Brasília : Ed. UNB, 2004.

RIOS VIVOS. *Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado*. In: www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=280 (acessado em 20/03/2008).

_____. Assentamento Andalucia inicia programa de extrativismo sustentável em 11 municípios. In: www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=335&mat_id=10558 (acessado em 20/03/2008).

SILVA, Maria Ângela da. *Turismo no assentamento rural Andalucia: uma proposta alternativa*. Campo Grande – MS : Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007 (Monografia de Ciências Sociais)

TREDEZINI, Cícero A. O . *Estudo da dinâmica sócioeconômica de assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS* : UFMS/FUNDECT-MS, 2007. Relatório de Pesquisa.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente não se Negueia”. *Anuário Antropológico* 87. Brasília: Editora UnB, 1990.